

Estudo exploratório sobre o professor brasileiro

Estudo exploratório sobre o professor brasileiro, com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Brasília: Inep, 2009. 63 p. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2009/Estudo_Professor_1.pdf>.

Responsável pela resenha:
LÚCIA MARIA DE ASSIS*

O estudo do Inep, coordenado por Maria Inês Pestana, constitui documento inédito, estruturado em dados oriundos do novo modelo do Censo Escolar (Educacenso), composto por cadastros específicos de alunos, docentes, escolas e turmas, ampliando as informações e permitindo a identificação do professor, individualmente. Esta nova metodologia de organização das informações permitiu a construção do perfil dos docentes brasileiros da educação básica, contemplando aspectos da formação docente, a partir das etapas e modalidades de ensino em que lecionam.

Ao traçar este perfil, a equipe oferece informações relevantes para o planejamento das políticas públicas educacionais, revelando indicadores específicos, que poderão fundamentar as tomadas de decisões com focos bem delineados. O trabalho está organizado em três partes. Na primeira, esclarece a utilização de dois conceitos fundamentais. Quando utiliza o termo *professor*, considera o sujeito que atuava na sala de aula, como regente de turma, na data de referência, atribuindo-lhe um código de identificação. Quando se refere à *função docente*, considera a possibilidade de um mesmo professor atuar em mais de uma escola, podendo ser contado mais de uma vez. Dos dados levantados nas duas perspectivas foi possível realizar uma radiografia das condições de trabalho do professor brasileiro, levando em conta a sua formação, nível de atuação, jornada de trabalho, número de turmas e de alunos atendidos, número de disciplinas que ministra, dentre outros indicadores.

A segunda parte mostra os principais resultados do censo de 2007 sobre os docentes da educação básica, por região, e é organizada de modo a oferecer novas possibilidades de análise, além daquelas tradicionalmente divulgados pelo Censo.

* Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). E-mail: <luciamariadeassis@gmail.com>.

Quanto ao gênero, o estudo reafirma a predominância das mulheres em quase toda a educação básica; e, no quesito raça, uma situação inusitada se apresenta, pois 51% dos professores optaram por não declarar a própria etnia. Este dado reforça o quadro da diversidade e indefinição étnica brasileira entre os profissionais da educação.

Alguns dados são reveladores das condições de trabalho dos professores da educação básica: 80,9% deles atuam em apenas uma escola e 63,81% em apenas um turno. Essas informações são determinadas, sobretudo, pela realidade da educação infantil e primeira fase do ensino fundamental, pois na segunda fase, no ensino médio e na educação de jovens e adultos é comum encontrar professores que ministram aulas para duas ou mais turmas e turnos diferentes. Quanto à sua formação inicial, 68,4% possuem curso superior e, destes, 90% é licenciada, formação considerada adequada para lecionar, conforme legislação vigente. O índice está longe do pretendido na ocasião em que a LDB, Lei n. 9394 de dezembro de 1996 foi promulgada, que previa formar todos os professores em nível superior no prazo de dez anos.

Na terceira parte, intitulada *características dos professores por etapa de ensino*, observa-se que, a despeito dos esforços governamentais em promover o alcance da meta prevista na LDB, há ainda muito o que fazer, sobretudo nos primeiros anos da educação infantil (creche), nos quais se constata o percentual mais elevado de professores sem formação ou habilitação para o exercício da docência; apenas 11,8% possuem cursos específicos. Isto resulta de uma inclusão tardia desta modalidade de ensino na educação básica, inteiramente a cargo dos municípios, que nem sempre contam com estrutura física, recursos pedagógicos e financeiros para a sua manutenção. A situação da pré-escola é melhor, pois conta com 86,9% dos professores com formação adequada, sendo 45,5% com curso superior e 41,3% com curso de magistério nível médio. A maior parte (97,1%) dos profissionais trabalha em apenas uma escola.

Nos anos iniciais, 87,3% dos professores possuem formação adequada, sendo 50,1% formada em Pedagogia; e a grande maioria também leciona em apenas uma escola. Nesta fase predominam os professores multidisciplinares, com 69,1% lecionando em apenas uma turma/turno e 73,6%, em cinco ou mais disciplinas.

Quanto aos anos finais do ensino fundamental, verifica-se que 73,4% possuem licenciatura e 26,6% não possuem a habilitação legal requerida para lecionar. O estudo revela que nesta fase ocorrem mudanças significativas nas condições de trabalho dos professores, que passam atuar com maior número de turmas, acumulam um volume maior de atividades, decorrentes do grande número de estudantes que atendem. Há também a incidência de distorções entre a matéria lecionada e a formação, sendo elevado o percentual de professores de “outras áreas”, lecionando Geografia (32,7%), História (28,2%), Ciências (28,0%), Matemática (38,3%) e Artes (50,2%).

No ensino médio, 87,0% dos professores são licenciados. Este nível de ensino tende a aprofundar a formação nas áreas específicas do conhecimento e eles ministram

poucas disciplinas em grande número de turmas; 70% dos professores atuam em uma disciplina, chegando a trabalhar em nove turmas ou mais. Seguindo a tendência dos outros níveis educacionais, a maioria leciona em apenas uma escola (86,7%) e está na rede pública estadual (76,5%). Uma característica que merece atenção é a relação entre a disciplina lecionada e a área de formação. O estudo revela elevado percentual de distorção em Física, com apenas 25,0% de professores com formação específica, chegando a 54,6% o percentual de professores de outras áreas atuando como professor de Física, sobretudo os formados em Matemática. Química vem logo em seguida nesta classificação, apresentando apenas 38,9% de professores com formação específica, seguido de Artes (38,0%), Língua Estrangeira (Inglês) com 39,8%, Matemática (58,2%) e Biologia com 55,9%.

Estes indicadores são essenciais para a compreensão dos problemas vividos pelos profissionais da educação, que precisam contar com condições adequadas e favoráveis para retomar o processo de formação, de modo a torná-los mais bem preparados para o exercício da docência em todos os níveis e modalidades da educação básica. Ressalte-se, ainda, a necessária combinação desses fatores às políticas que estimulem a permanência dos professores nas funções docentes, tais como a melhoria dos salários e dos planos de carreira.

Pode-se concluir que o estudo em pauta apresenta pontos favoráveis à educação brasileira quanto ao elevado índice de professores com educação superior, excetuando-se a educação infantil, em que a maioria é licenciada e trabalha em apenas uma escola. Entretanto, nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, verifica-se o afunilamento na formação e na prática dos professores em áreas mais específicas do conhecimento, ao mesmo tempo em que se constata grande descompasso entre a formação do professor e a disciplina lecionada. Esta informação, deve gerar um alerta para as áreas de ciências exatas e biológicas, que possuem as disciplinas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. O despreparo dos docentes para o ensino dessas matérias pode comprometer o alcance de níveis satisfatórios de desempenho dos estudantes ao longo de toda a sua escolaridade. Como consequência, eles chegam despreparados e “sem base” no ensino superior, reforçando e realimentando o perverso círculo vicioso, que culmina com altos índices de reprovação e abandono nos cursos de graduação nessas áreas.

Pela maneira como o estudo organiza os dados relativos aos professores da educação básica e por proporcionar inúmeras análises e desdobramentos no campo da formação, esta leitura torna-se imprescindível aos que se vinculam e se dedicam à pesquisa e produção do conhecimento sobre o trabalho docente no Brasil, bem como àqueles que militam nos sindicatos e associações de profissionais da educação, políticos, jornalistas e a todos que almejam uma educação pública de qualidade social para todos.